A TENDÊNCIA A HUMANIZAR AS RELAÇÕES PRIVADAS NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO.

Debora Freitas Feitosa ¹

Antônio Cyro Venturelli ²

RESUMO: A Teoria do Estatuto do Patrimônio Mínimo instituiu um equilíbrio entre princípios e regras, fazendo com que nas relações jurídicas a propriedade privada e o direito creditício jamais se sobreponham ao princípio da dignidade da pessoa humana erigido na Constituição Federal. De extrema relevância para o Direito Civil, essas novas premissas estão redefinindo e inovando o estudo dos bens jurídicos nesta área do Direito, humanizando as previsões legais que visam proteger a dignidade do executado ao evitar tutelas jurisdicionais que amparem execuções nas quais satisfaçam o exequente e resultem em estado de miserabilidade ao executado.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio mínimo, Humanização no direito, Direitos constitucionais.

THE TREND TO HUMANIZE PRIVATE RELATIONS IN BRAZILIAN CIVIL LAW.

Abstract: the Theory of Minimum Estate Statute established a balance between principles and rules, making in legal relations private property and credit law never overlap the principle of the dignity of the human person erected in the Federal Constitution. Of extremely relevance to Civil Law, these new premises are redefining and innovating the study of juridical property in this area of Law, humanizing the legal provisions that aim to protect the dignity of the executed by avoiding jurisdictional protections that support executions in which they satisfy the executor and result in a state of miserability when executed.

Keywords: Minimum Patrimony, Humanization in Law, Constitutional Rights.

¹ Graduada em Matemática – Universidade do Norte Pioneiro – Jacarezinho/PR (2006); Graduada em Pedagogia – Faculdade da Aldeia de Carapicuíba – São Paulo/SP (2014); Pós-graduada em Docência do Ensino Superior – Faculdade da Aldeia de Carapicuíba – São Paulo/SP (2016); Discente do segundo termo do curso de Direito da Faculdade Eduvale de Avaré. É servidora Pública Estadual – Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. E-mail: debora.feitosa@servidor.educacao.sp.gov.br

² Graduado em Administração de Empresas - Faculdades Integradas de Ourinhos (1993); Graduado em Direito pela Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos (2008); Pós-graduado em Direito Constitucional pela Universidade Estácio de Sá - Rio de Janeiro/RJ (2011); É servidor público estadual – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e professor do curso de Direito da Faculdade Eduvale de Avaré. E-mail: cyrotjsp@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Teoria do Estatuto Jurídico do Patrimônio Mínimo, criada pelo Ministro Luiz Edson Fachin, é de suma importância ao ordenamento jurídico, visto que procura assegurar ao indivíduo um mínimo de patrimônio, garantindo, portanto, obediência ao Princípio da dignidade da pessoa humana, previsto na Constituição, isto é, dignidade, através de um mínimo existencial.

Instituindo-se assim, um equilíbrio entre princípios, regras e as novas premissas do Direito Civil, fazendo com que nas relações jurídicas, a propriedade privada e o direito creditício jamais se sobreponham à dignidade da pessoa.

Segundo Fachin, em regra, o Estatuto garante um mínimo patrimonial, assegurando que sejam preservados os bens indispensáveis à subsistência de forma a garantir a dignidade do indivíduo, e para que não haja eventual colisão, entre os direitos, é necessário agir com ponderação.

Portanto, a Teoria do Estatuto do Patrimônio Mínimo, vem com a tarefa de subsidiar a tutela do preceito da dignidade da pessoa humana, justificando, a restrição de outros bens constitucionalmente protegidos, de modo a solucionar conflitos, conferindo à propriedade privada tratamento protetivo, resguardada proporções, tutelando o patrimônio mínimo. Devendo a dignidade social prevalecer aos interesses patrimoniais.

Refletindo as premissas do Direito Civil, nota-se que a preocupação sempre foi a de legitimar as questões pertinentes à vida privada da sociedade, visto que o Código Civil de 1.916 regulava as relações privadas e bens patrimoniais na visão de quem detinha o poder, sem se ocupar com as relações sociais e particularidades de cada indivíduo, fazendo com que exista uma divisão entre o direito público e o direito privado.

A promulgação da Carta Magna em 1.988 trouxe as alterações necessárias para um novo paradigma, alicerçando o conceito de família e estabilizando os direitos da personalidade na esfera do Direito de Família, tornando o direito civil um ramo jurídico que não só regulamente as relações privadas e patrimoniais, mas também se ocupe de compatibilizar, através de uma visão social e pública, interesses privados com o conforto do indivíduo e da sociedade em geral.

Nota-se essa influencia hermenêutica no Código Civil de 2.002, onde o legislador ocupou-se de trazer para o Direito Civil os preceitos da Constituição, como o princípio da dignidade da pessoa humana, trazendo dessa forma uma mudança significativa na sua estrutura, deixando de focar somente na questão do patrimônio e valorizando a pessoa

humana, sendo o indivíduo o principal usufruidor do Direito Civil não havendo qualquer outra grandeza capaz de sobrelevá-lo.

É sobre essa humanização nas relações jurídicas sociais, onde se busca priorizar a pessoa humana perante a nova ordem constitucional, através do direito protetivo, que versa a Teoria do Estatuto do Patrimônio Mínimo e que vamos elucidar neste trabalho.

Nesse contexto, os objetivos visam expor de forma sucinta a teoria de autoria do Ministro Luiz Edson Fachin, embasando-se na visão de juristas e doutrinadores civilistas associando-a a nossa Constituição Federal, desligando-se do individualismo e demonstrando a sua aplicação no ordenamento jurídico, assim como o direito ao patrimônio mínimo, a moradia e a dignidade humana, além de tratar sobre o bem de família, sua impenhorabilidade e demais instrumentos que buscam proteger o patrimônio e a pessoa.

O reflexo da humanização e do princípio da dignidade humana no direito civil.

É perceptível que o ordenamento jurídico, tem buscado atender as necessidades existenciais, do ser humano, como as econômicas, contribuindo cada vez mais para o ideal da aplicação do Princípio da dignidade da pessoa.

Entretanto, tal questão, deve ser abordada, admitindo limites para a responsabilidade patrimonial do devedor, evitando deixá-lo em estado de miserabilidade. Garantindo não apenas um mínimo existencial, mas assegurando um patrimônio que propicie liberdade para desenvolvimento de suas capacidades individuais.

O conceito de patrimônio é definido por Nader (2016, p. 350), como “a constituição econômica da pessoa natural ou jurídica”, sendo composto por todo o agrupamento das relações jurídicas, econômicas e sociais onde a pessoa é titular de direitos e de obrigações, que correspondem aos direitos jurídicos.

Destarte, entende-se que o patrimônio é formado por direitos e obrigações abrangendo tudo o que converte monetariamente, sejam bens móveis, imóveis, créditos ou dívidas.

A respeito do tema, pela teoria do estatuto jurídico do patrimônio mínimo, de Luiz Edson Fachin é possível extrair diversos exemplos, dentre eles, o mais popular, o bem de família. Ainda sob sua perspectiva o conceito dessa teoria é relativo, e deve variar em conformidade com a realidade econômica de forma individual, ressaltando sempre que, não há pessoa humana sem patrimônio, ainda o mesmo seja considerado como negativo, Fachin (2006, p.286):

Conferir a patrimônio que, minimamente, garanta a sobrevivência de alguém não é proceder que deva relegar a preocupação com aqueles que, no Brasil, nada ou pouquíssimo tem. Tal estatuto de proteção porta a mesma base de ideias dessa tormentosa questão, ainda que não confunda com os mecanismos de acesso aos bens.

E ainda, quanto à dignidade do indivíduo, ensina que não deve ser maculada pela falta do patrimônio mínimo, vejamos:

A ausência de patrimônio não permite, nem de longe, inferir a invalidade dos postulados aqui sustentados em favor de pessoa. A falta de objeto patrimonial não pode (nem deve jamais) acarretar o não comparecimento da pessoa ao estatuto de sujeito. (FACHIN, 2006. p. 290).

Assim, a inexistência de patrimônio, não poderá ser justificativa para desemparo legal, bem como não deveria servir de escusa para deixar de praticar a satisfação dos débitos, pois, um dos princípios base do Direito das obrigações, consiste em assegurar o dever que tem o devedor de responder por suas dívidas, com seu patrimônio.

O que em análise mais profunda, demonstra uma concepção remota, vez que, muitos institutos jurídicos foram criados, em discordância com a realidade de vida das pessoas a que se destinavam, contudo, é sabido que, certas pessoas simplesmente não possuem patrimônio.

A proteção ao bem de família.

O bem de família, a princípio regulado exclusivamente pelos artigos 70 a 73 do Código Civil de 1.916, e posteriormente complementados pelos artigos 19 a 23 do Decreto-lei nº 3200/41 e pelo Código de Processo Civil de 1939, nos artigos 647 a 651, é definido como um imóvel urbano ou rural, onde a família fixa sua residência, devendo este ser mantido resguardado de possíveis e eventuais credores. Atualmente a legislação especial que trata dessa matéria é a Lei 6.015/1.973 – Lei de Registros Públicos nos artigos 260 a 265.

Sobre o bem de família, Pereira (2005) nos ensina que o imóvel destinado a moradia pelos componentes familiares, estará isento de constrangimentos por dívidas contraídas, não sendo suscetível a alheação.

Ainda nesse sentido, nos ensina que, o instituto é uma forma de “afetação de bens a um destino especial, que é ser a residência da família, e, enquanto for, é impenhorável por dívidas posteriores à sua constituição, salvo as provenientes de impostos devidos pelo próprio prédio”. (PEREIRA, 2005. p. 66)

Porém, quando se tenta proteger essa mínima condição de existência do ser humano, que prega a existência geográfica de um paradeiro, para residir, garantindo que o bem que serve de residência à família seja impenhorável, há uma limitação à circulação do bem, e tal instituto não pode existir com fins de gerar prejuízo ou fraude contra os credores.

O benefício subsistirá enquanto viver um dos cônjuges, ou na ausência destes, até que os filhos completem a maioria. E agora o bem de família, por força de lei não possui limite de valor.

Para Venosa (2003), melhor que seja fixada uma porcentagem sobre o patrimônio líquido da família, como pretendeu o atual Código, o qual, no entanto, limitou a um terço do patrimônio existente ao tempo da instituição.

Destaca-se também que a instituição só pode ocorrer se não causar prejuízos a eventuais credores existentes à época do ato, contudo, por dívidas posteriores, não responde o bem separado.

É declarado inalienável em benefício da família para proporcionar-lhe abrigo seguro e duradouro. Outra característica fundamental é a impenhorabilidade, que é o objetivo maior, do instituto, deixando o bem “isento de execução por dívida”, com a exceção das dívidas resultantes de impostos relativos ao mesmo prédio.

Vejamos o entendimento dos tribunais, nesse sentido:

EMENTA: Apelação Cível. Embargos de terceiro. Bem de família. Impenhorabilidade. É impenhorável o imóvel residencial próprio utilizado pela entidade familiar por dívida contraída por um dos cônjuges, nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.009/90, quando não corresponda a nenhuma das exceções previstas na mesma lei. Apelação não provida. (TJPR – APC 0321991-2 – 15º Câmara Cível, Rel. Hamilton Mussi 47 Correa, j. 16/08/2006, DJ 7196). (grifo nosso). BEM DE FAMÍLIA. Impenhorabilidade. Execução de título comercial. Arrematação pela CEF, credora hipotecária. É impenhorável, na execução de nota de crédito comercial, o imóvel que serve de residência à família dos executados, sendo nula a penhora e a posterior arrematação efetuada pela credora hipotecária, que havia financiado a aquisição do imóvel. Não aplicação do disposto no art. 3º, II e V, da Lei 8009/90. Recurso conhecido e provido. (STJ - REsp 412834 / RS – 4º Turma, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, j. 03/09/2002, DJ 07.10.2002 p. 265). BEM DE FAMÍLIA. Lei 8009/90. Usufruto. Está excluído da penhora o imóvel que serve de moradia ao titular da nuapropriedade. Recurso conhecido e provido. (STJ - REsp 329453 / SP – 4º Tuma, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, j. 02/04/2002, DJ 20.05.2002, p. 151).

A inserção do princípio da dignidade da pessoa humana presente na Constituição Federal e ainda a teoria do estatuto jurídico do patrimônio mínimo, que resguarda direito ao patrimônio mínimo para o indivíduo, como meio de se promover a sua dignidade, são de extrema relevância para o Direito Civil, e estão redefinindo e inovando o estudo dos bens jurídicos nesta área do Direito.

Tão é verdade que, as novas previsões legais, protegem a dignidade do executado, prevendo conservação de um mínimo no patrimônio do devedor, suficiente para manter a sua dignidade, evitando uma tutela jurisdicional que ampare execuções satisfazendo o exequente e resultando em prejuízo tamanho que, resulte em estado de miserabilidade da vida alheia.

Abelha (2015, p. 162) doutrina que a “exclusão legal dos bens expropriáveis”, prevista pelo legislador, protege a dignidade do executado ao considerar que esta tem relevância superior ao direito do credor.

Dessa forma o artigo 833 do Novo Código de Processo Civil, relaciona os bem impenhoráveis, aqueles que estão imunes à execução.

As mobílias, os pertences e os eletrodomésticos que guarnecem as residências, os vestuários e os pertences pessoais, também recebem a proteção de patrimônio mínimo, conforme trazem os Incisos II e III do art. 833 do novo CPC, desde que necessários e indispensáveis ao executado, não fazendo parte desse rol aqueles de alto valor e considerados suntuosos, conforme vemos:

Execução. Penhora. Alegação de impenhorabilidade, com base na lei n. 8.009/90. Improcedência. 1. A intenção do legislador, ao instituir a impenhorabilidade sobre os bens de família que guarnecem a residência do devedor, foi evitar que este, em razão de dívida, viesse a ser privado das condições mínimas de dignidade necessárias, incumbindo ao juiz, em cada caso concreto, sopesar a existência de tais condições. 2. No caso, a penhora em utensílios domésticos sofisticados, considerados "top de linha" e destinados às classes econômicas a e b, não são essenciais ao funcionamento do lar da executada, e em nada afeta a dignidade da família, mesmo porque podem ser substituídos por outros, mais modestos. 3. No mais, em se tratando de dívida originária de acidente de trânsito, causado pelo veículo da executada, onde a vítima, pessoa pobre, sofreu sérios danos físicos, passou por duas cirurgias e ficou cerca de oito meses em recuperação, não se mostra justo, nem equânime, privilegiar-se o conforto material do causador do acidente, em menoscabo ao sofrimento e ao prejuízo suportados pela vítima. (tj-df - acj: 20020710062940 df, relator: jesuíno rissato, data de julgamento: 25/10/2005, primeira turma recursal dos juizados especiais cíveis e criminais do d.f, data de publicação: dju 15/12/2005 pág.134).

De mesma forma, no referido Código e artigo, o inciso IV obriga a analisar as previsões que incidirem em vencimentos, salários, remunerações, valores arrecadados com trabalho autônomo, proventos e pensões, assim como quantias recebidas que se destinem ao sustento do executado e de sua família.

Na proteção ao bem de família, devemos observar a ressalva do § 2º, de não aplicar o disposto em penhora para pagamento de pensão alimentícia, independentemente de sua origem. Nesse sentido, a redação da Lei 8009/90 em seu artigo 3º já apresenta a penhora

do bem de família em caso de execução de alimentos. Caso o devedor seja casado ou conviva em união estável, o direito do cônjuge, coproprietário é assegurado conforme traz a Lei 13.144/2015.

Assim, em todos os casos previstos no artigo 833 do Novo CPC, o legislador deixou para o juiz a liberdade de verificar a possibilidade em cada situação concreta, e encontrar o equilíbrio nessa relação, que reflete a efetivação do direito exequendo e a manutenção da dignidade do executado.

Porém, ressalta-se o direito do credor, pois o mesmo também não pode sofrer danos relevantes, no sentido de agredir sua dignidade.

O que nos ensinam os diversos autores pesquisados e a redação dada pelo CC. 2002 e pelo CPC 2015 , assim como as legislações que se passaram a partir disto, é que há uma tendência do ordenamento brasileiro em humanizar as relações privadas e jurídicas, em conformidade com o disposto em todo o texto Constitucional, visto que a dignidade da pessoa humana foi tratada pelo Poder Constituinte como condutor de interpretação da Lei Maior, sendo o fundamento de maior valor na medida entre valores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim conclui-se que ao estudar aspectos como direito patrimonial, impenhorabilidade de bens do Direito Civil e do Direito de Família, no que tange à dignidade da pessoa humana, a concepção do patrimônio, deve estar condizente com o novo ordenamento constitucional.

Pretende-se assim, a construção de um direito civil em oposição ao centrado no individualismo proprietário, as concepções tradicionais do Direito Civil e do Direito Constitucional, devem reconhecer o princípio da dignidade da pessoa humana, superando antigas e rígidas ramificações entre Direito Privado e Direito Público.

Sendo o desafio do presente a priorização da dignidade humana, bem como a utilização da boa-fé objetiva como elemento de validade da relação jurídica no direito privado, observando-se ainda sintonia com os bons costumes e à solidariedade social, assegurando, portanto, os limites estabelecidos pelo estatuto do patrimônio mínimo.

Sob o estatuto da propriedade assegura-se ainda, a defesa dos bens indispensáveis à subsistência, tutela do patrimônio mínimo, ou seja, ocorre a elevação protetiva conferida pela Constituição à propriedade privada.

Como vemos, diante do caso concreto, haverá o juiz de decidir aplicando a equidade, prevista no ordenamento jurídico, deliberando se o bem em questão deve ou não ser executado, se a proteção a este garantirá a preservação da dignidade do executado, em se tratado de patrimônio mínimo.

Tem por finalidade exibir a legitimidade, de garantir o patrimônio mínimo resultante da referida intervenção estatal, na autonomia privada do cidadão, visando como objetivo maior, a proteção à dignidade humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELHA, Marcelo. **Manual de Execução Civil**. – 5.^a ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 jun 2018.

FACHIN, Luiz Edson. **Estatuto Jurídico do Patrimônio Mínimo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001

MACHADO, Fernanda Tenório Ribeiro. **Impenhorabilidade do Bem de Família**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 07 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.29558&seo=1>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

MELO FILHO, Alberto Mendonça de. **Ao equalizar execuções, Estatuto do Patrimônio Mínimo protege dignidade**. 2017. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2017-fev-08/alberto-mendonca-estatuto-patrimonio-minimo-protege-dignidade>> Acesso em 20 ago. 2018.

NADER, Paulo. **Curso De Direito Civil, Parte Geral**. Vol. 1– 10.^a ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2016. Disponível em <<https://forumdeconcursos.com/wp-content/uploads/wpforo/attachments/4021/165-Paulo-Nader-Vol-1-Curso-de-Direito-Civil-2016.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2018.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil: Direito de Família**. Vol. 5. 15 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: Guia para Eficiência nos Estudos**. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA FILHO, Lídio Modesto da. Humanização do direito de propriedade e a sua função social. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVII, n. 121, fev 2014. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14420>. Acesso em 12 set 2018.

STJ - **REsp 329453 / SP** – 4º Tuma, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, j. 02/04/2002, DJ 20.05.2002, p. 151. Disponível em <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7563980/recurso-especial-resp-412834-rs-2002-0013874-7-stj?ref=serp>>. Acesso em 22 ago 2018.

TJ-DF - **ACJ: 20020710062940 DF**, Relator: JESUÍNO RISSATO, Data de Julgamento: 25/10/2005, Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F., Data de Publicação: DJU 15/12/2005 Pág. : 134. Disponível em: <<https://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/2866701/apelacao-civel-no-juizado-especial-acj-20020710062940-df>>. Acesso em 22 ago 2018

VADE MECUM SARAIVA, **Constituição Federal**, São Paulo: Saraiva, 2018

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Responsabilidade Civil**. Vol.4. 3ªed. São Paulo: Atlas S.A., 2003 p67.